



P E N G U I N



C L Á S S I C O S

MARY SHELLY

FRANKENSTEIN



MARY WOLLSTONECRAFT SHELLEY nasceu a 30 de agosto de 1797, em Londres. Filha de dois renomados filósofos políticos da época — William Godwin e Mary Wollstonecraft, que morreria dez dias depois do parto —, Mary começou muito cedo a ler, a frequentar tertúlias organizadas pelo pai e a desenvolver uma curiosidade intelectual que, ao longo da vida, se revelaria um salvo-conduto do luto e da penúria. Godwin voltou a casar quando Mary tinha três anos; a sua relação com a madrasta seria tumultuosa e a vida familiar povoada de conflitos. Com catorze anos, Mary foi enviada para a Escócia, onde conheceu amigos que encorajariam o seu espírito livre e vontade de viver fora das convenções, inspirada pelo exemplo da mãe. Ao regressar a Inglaterra, Mary conheceu Percy Bysshe Shelley, jovem poeta, casado e com um filho, por quem se apaixonou. A relação amorosa de ambos chocou a sociedade londrina, que, a par do seu pai, os excluiu. Em 1815, nasce a primeira filha do casal, uma bebé prematura que não viveria duas semanas. No ano seguinte, Mary casa-se com Shelley e dá à luz o seu segundo filho, William. Ainda em 1816, a partir de um desafio lançado pelo seu amigo e poeta Lord Byron, Mary tem a ideia que daria origem a *Frankenstein*. Em 1818, ano em que o romance é publicado anonimamente, a família muda-se para Itália, morre Clara, a terceira filha do casal, e Mary torna a engravidar — Percy viria a nascer em novembro de 1819. No ano seguinte, morre William, com apenas três anos, e, em 1822, é a vez de Shelley, deixando a escritora sozinha com Percy. Mary regressou a Inglaterra e até morrer, em fevereiro de 1851, subsistiu pelos seus próprios meios: dedicou-se à escrita de biografias e de romances, como *Matilda* e *O Último Homem*, à reedição de *Frankenstein* e à edição da obra do marido, em 4 volumes. Este último projeto valeu-lhe o epíteto de mulher de poeta, mas movimentos feministas subsequentes resgataram-na desse estatuto redutor, trazendo à luz a sua obra inovadora e notável.

GUILHERME PIRES trabalha no mundo dos livros desde 2008. É tradutor, editor e revisor de texto, coordenador de projetos editoriais e consultor. Foi editor da *Elsinore*. Faz parte da Caixa Alta — Oficina Editorial, coletivo que

fundou em 2020 com Madalena Caramona e Nuno Quintas. Traduziu obras de, entre outros, Silvina Ocampo, Eduardo Galeano, Mary Shelley, George Orwell, Aurora Venturini, Marina Perezagua, Juan Gabriel Vásquez, Benjamín Labatut, Samanta Schweblin, Layla Martínez, Dubravka Ugrešić e Frederick Douglass. É autor de *O Homem Infinito*, biografia do artista e arquiteto Nadir Afonso.

ALEXANDRE QUINTANILHA viveu os primeiros 25 anos na África Austral, onde se formou, os 20 anos seguintes na *Bay Area* da Califórnia e os últimos 30 anos em Portugal. O pai açoriano e a mãe berlinense reforçaram a sua curiosidade e vontade de arriscar. Teve a sorte de liderar inúmeros grupos de trabalho e de conviver com pessoas imensamente inspiradoras. Doutorou-se em Física, estudou o *stress* oxidativo nos seres vivos e a forma como lidamos com o risco. Criou e ajudou a criar vários centros de investigação e vários cursos graduados nas Universidades de Berkeley e do Porto, sempre multidisciplinares. Como parlamentar, contribuiu para uma política baseada no conhecimento.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	vii
NOTA DO TRADUTOR	xv
Frankenstein: ou o Prometeu Moderno	1
INTRODUÇÃO	3
PREFÁCIO	11
PRIMEIRA CARTA	13
SEGUNDA CARTA	17
TERCEIRA CARTA	21
QUARTA CARTA	23
CAPÍTULO I	33
CAPÍTULO II	39
CAPÍTULO III	46
CAPÍTULO IV	54
CAPÍTULO V	62
CAPÍTULO VI	69
CAPÍTULO VII	78
CAPÍTULO VIII	89
CAPÍTULO IX	99
CAPÍTULO X	106
CAPÍTULO XI	113
CAPÍTULO XII	121
CAPÍTULO XIII	128
CAPÍTULO XIV	135
CAPÍTULO XV	141

CAPÍTULO XVI	151
CAPÍTULO XVII	161
CAPÍTULO XVIII	167
CAPÍTULO XIX	176
CAPÍTULO XX	184
CAPÍTULO XXI	194
CAPÍTULO XXII	206
CAPÍTULO XXIII	217
CAPÍTULO XXIV	225
NOTAS DE TRADUÇÃO	251

INTRODUÇÃO

Considerada uma das primeiras e mais admiradas obras de ficção científica, as mensagens de *Frankenstein* continuam a fascinar gerações sucessivas de leitores. Publicada anonimamente no primeiro dia de janeiro de 1818, só se creditará a sua autora na segunda edição, publicada três anos mais tarde. Mary Shelley foi buscar inspiração não só às descobertas científicas da época, mas também às consequências devastadoras das invasões napoleônicas e da guerra peninsular. O texto surge igualmente como reação ao impacto desumanizante da Revolução Industrial, inserindo-se claramente no romantismo desse período do pensamento europeu.

Temos dificuldade em imaginar que esta história, apelidada pela própria autora de *O Prometeu Moderno*, tenha sido concebida por uma jovem de 19 anos. Tudo se deve a um desafio literário com três outros também muito jovens escritores, dois dos quais, Lord Byron e Percy Bysshe Shelley, já bem conhecidos à época. Não deixa de ser curioso que, desse desafio, tenha resultado ainda outro romance gótico, *O Vampiro*, de John Polidori, que décadas mais tarde parece ter servido de inspiração ao *Drácula*, de Bram Stoker. É importante recordar que, dos três homens, Lord Byron é o que vive mais tempo, ainda assim morrendo aos 32 anos, enquanto Percy Shelley morre aos 29 e John Polidori aos 26. O que teriam sido as suas heranças literárias se tivessem vivido mais anos, só podemos imaginar.

Mary Wollstonecraft Godwin nasce em Somers Town, um bairro no centro nordeste de Londres, no ano de 1797.

Aos 53 anos de idade, quando morre, também em Londres, deixa-nos uma herança literária importante, de que *Frankenstein* é certamente a obra mais conhecida. Mas talvez pela sua qualidade premonitória, merece ser lembrado o seu texto apocalítico e distópico *O Último Homem*, publicado em 1826, que descreve uma Europa no fim do século XXI devastada por uma pandemia que se alastra por todo o globo e quase destrói a humanidade. Duramente recebido pela crítica na altura, a obra permanece quase desconhecida até à década de 1960, tornando-se preocupantemente relevante nos dias de hoje. Merecem também referência particular duas outras obras revolucionárias, publicadas poucos anos antes do nascimento de Mary Shelley e que indubitavelmente moldaram a sua visão do mundo: uma de sua mãe, Mary Wollstonecraft (*Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*, publicada em 1792), reconhecida hoje como uma das fundadoras dos movimentos feministas e inspiradora de múltiplos movimentos sufragistas posteriores; e outra, de seu pai, William Godwin (*Enquiry Concerning Political Justice*, publicada em 1793), e que teve grande impacto na política social inglesa do seu tempo, motivou numerosos movimentos anarcossindicalistas europeus e americanos, e foi mesmo considerada por muitos como antecessora da filosofia utilitarista. Tal ambiente familiar contribuiu certamente para a independência intelectual, imaginação criativa e liberdade individual de Mary, que aos 16 anos entra numa relação amorosa conturbada com Percy Shelley, jovem genial e insubmisso de 21 anos, na altura separado da sua primeira mulher, mas já pai de uma menina. É como resultado de um retiro forçado pelo mau tempo que assolava a Europa no verão de 1816 que em Cologny, na margem suíça do lago Léman, no cantão de Genebra, Mary concebe, meses antes do casamento com Percy Shelley, a ideia do seu *Frankenstein*.

Hoje sabemos que esse mau tempo foi causado por uma gigantesca erupção do vulcão Tambora, que continua ativo na ilha de Sumbawa, na atual Indonésia. A erupção lançou para a atmosfera mais de um milhão de toneladas de poeiras vulcânicas, que

bloquearam a luz solar e deixaram o ano de 1816 sem verão no hemisfério norte. É uma alteração climática que tem sido recorrente (causada por vários outros vulcões) e que, no caso dos nossos quatro jovens, por serem forçados a refugiarem-se na Villa Diodati, arrendada por Lord Byron, durante todo esse verão, os levou a partilharem histórias de fantasmas e de horror que provavelmente serviram de inspiração a várias das suas obras literárias, lidas e apreciadas ainda hoje.

Há uma extensa literatura dedicada a este texto de Mary Shelley. A sua publicação suscitou uma receção mista. Desde então, a lista de escritores, filósofos, psicólogos e numerosos outros artistas e cientistas que comentaram a obra é longa. Gostava, no entanto, de deixar algumas ideias que sucessivas leituras tornaram cada vez mais claras. Começando por um muito breve esclarecimento duma frequente confusão: Frankenstein é o nome do médico, ou mais precisamente do estudante de Medicina, e não da criatura que ele criou no seu laboratório e à qual deu vida através de um enorme choque elétrico.

Entender o fascínio que a eletricidade exercia na imaginação das pessoas é fundamental para perceber a ideia de que a vida podia ser transmitida por uma gigantesca descarga elétrica. Já na primeira metade do século XVIII, Stephen Gray, físico e astrónomo amador que hoje seria considerado um «cidadão cientista», tinha demonstrado a capacidade de os seres vivos conduzirem correntes elétricas. Pouco tempo depois, foi Benjamin Franklin, editor, inventor e estadista, quem novamente deslumbrou o público com as suas descobertas da relevância da eletricidade e das correntes elétricas em muitos fenómenos naturais. Porém foram os trabalhos do professor Luigi Galvani na Universidade de Bolonha, no fim do século XVIII, sobre o efeito da corrente elétrica na excitação muscular que voltaram a despertar enorme curiosidade entre as classes educadas na Europa. Foi Galvani quem introduziu a expressão «eletricidade animal» e postulou a ideia de um fluido elétrico que era conduzido aos músculos através dos nervos.

E Alessandro Volta, inventor da pilha elétrica, seu colega e até por vezes seu adversário intelectual, propôs que este fenômeno fosse apelidado de «galvanismo». Não será exagerado afirmar que, na viragem do século XVIII para o século XIX, a eletricidade e o magnetismo fascinavam e alimentavam a curiosidade dos cidadãos. Foi na então recém-criada Royal Institution, em Londres, que o jovem cientista Humphry Davy preparou a sua primeira sessão pública sobre «galvanismo» em 1801. Até 1812, continuou a organizar inúmeras palestras para ilustrar como a corrente elétrica podia ser usada, não só para produzir fontes poderosas de luz (arcos voltaicos), mas também para, através da eletrólise, separar e isolar vários elementos da tabela periódica, como o sódio, o potássio e mais tarde o bário, o estrôncio, o cálcio e o magnésio. Davy era um grande defensor da participação das mulheres na ciência, muitas das quais vinham assistir às sessões públicas que ele organizava. Curiosamente, um dos jovens assistentes que Davy contratou, Michael Faraday, dando continuidade a esse trabalho, veio a tornar-se um físico de enorme relevo no domínio do eletromagnetismo.

Hoje sabemos que Mary Shelley tinha conhecimento dessas novidades científicas e que provavelmente terá assistido a algumas das palestras que a Royal Institution organizava para esclarecimento e entretenimento do público londrino. Consta também que Davy e o pai dela, William Godwin, se conheciam. Não nos deve, pois, surpreender muito que Mary Shelley tenha incluído algumas dessas ideias na forma como concebeu a transmissão da vida a um novo corpo humano, nomeadamente a criatura, construída a partir das diferentes peças anatómicas que Victor Frankenstein conseguiu juntar nas casas funerárias e cemitérios locais.

Alguns analistas de *Frankenstein* pensam que as viagens atribuladas por uma Europa recentemente envolvida nas sangrentas guerras napoleónicas, durante as quais surgiam amiúde corpos esventrados e esquartejados, inspiraram Mary Shelley a imaginar

a possibilidade de voltar a dar vida a esses «bocados» de corpos humanos abandonados. Muitos de nós temos presentes os horrores que Francisco Goya tão gráfica e impressionantemente nos deixou nas suas magníficas gravuras de *Los Desastres de la Guerra*, completadas entre 1810 e 1815. Gravuras, essas, que ilustram de forma aterradora restos de homens, mulheres e crianças suspensos de troncos de árvores como que para nos avisarem da brutalidade gratuita da guerra.

Mas é o tema de Prometeu que percorre todo o romance. O titã desafiou os deuses do Olimpo, roubando-lhes o fogo para dar esse enorme poder aos humanos. Foi castigado de forma cruel, acorrentado a uma rocha, visitado por uma águia que diariamente lhe arrancava pedaços do fígado, que se regenerava rapidamente, para que o sofrimento fosse eterno. A interferência do Homem na sublime e sagrada Natureza, de que a Revolução Industrial, através do enorme poder das novas máquinas, era um símbolo inquestionável, não podia, na visão de muitos, deixar de ser censurada. A noção de que o conhecimento destruía, ou podia destruir, a inocência do Homem não era uma ideia nova, mas reemergiu com uma nova força no período em que Shelley escreveu o livro. Seria um dos *leitmotive* do Romantismo, que explode no fim do século XVIII, em grande parte como reação ao que se veio a chamar a Idade da Razão.

O admirável texto *Paraíso Perdido*, do poeta John Milton, publicado na sua versão final em 1674, fazia obviamente parte da bagagem poética da jovem Mary Shelley. A menos de um século de distância, em 1755, o filósofo Immanuel Kant refere-se a Benjamin Franklin como «O Prometeu Moderno». Também os *Prophetic Books* do visionário poeta William Blake seriam decerto familiares à nossa autora. E muitos outros pensadores alertavam para o perigo da arrogância do conhecimento e das suas possíveis aplicações. Séculos antes, o famoso Velho do Restelo, figura inventada por Camões, avisa para esse perigo a esquadra que sai do Tejo em busca da glória. E Blaise Pascal, que nos alerta para a necessária

complementaridade entre a Razão do seu *esprit géométrique* e a Emoção do seu *esprit de finesse*, recomenda que não queiramos ir além daquilo que está ao nosso alcance, *à notre portée*. Os efeitos nefastos da arrogância humana são expostos pelos perigos que acarretam. Muitos outros intelectuais e escritores do mundo ocidental da época, provavelmente inspirados nas histórias de Prometeu e Pandora, de Adão e Eva, de Dédalo e Ícaro ou de Eurídice e Orfeu, lembram-nos dos perigos de nos deixarmos seduzir pela curiosidade e imaginação. São ideias antigas que continuam de uma poderosa atualidade, quando pensamos nas múltiplas aplicações da energia atômica, da edição genética ou da inteligência artificial. Fascinam uns, pelo extraordinário potencial que oferecem, e assustam outros pelos enormes riscos a que nos podem sujeitar.

Não admira que a nossa autora tenha acrescentado ao título da sua obra as palavras *O Prometeu Moderno*. A figura de Victor Frankenstein, como aprendiz de Medicina e estando a par das recentes descobertas sobre a eletricidade, pretende usar o conhecimento da época para criar vida. Teria obviamente de ser atormentado e castigado pela sua arrogância e audácia. A audácia de tentar imitar a Natureza, ou de achar que a poderia controlar ou mesmo superar. Usando diferentes formas de magia, os *Homunculi* de Paracelso, mais tarde revisitado no Segundo Fausto de Goethe, assim como a lenda medieval judaica do Golem são exemplos de tentativas semelhantes de gerar criaturas antropomórficas, invariavelmente com resultados nefastos.

É também interessante relembrar que Percy Shelley começara, por essa altura, a escrever o seu *Prometeu Desacorrentado*, um drama lírico em quatro atos em que continuou a trabalhar até à sua trágica e prematura morte em 1822. Numa carta de 5 de setembro de 1818, no mesmo ano em que *Frankenstein* é publicado, Mary Shelley descreve o trabalho iniciado pelo marido. Só podemos concluir que a ideia do castigo divino aplicado a Prometeu, assim como a sua presumível posterior libertação fariam parte das

conversas do casal durante esses tempos. Sabendo que este mito foi durante milénios, e continua a ser, interpretado das mais variadas formas, não nos deve surpreender que o casal tenha sido inspirado de modos diferentes e talvez mesmo complementares pelo tema.

Duas outras questões são abordadas de forma detalhada em *Frankenstein*: a discriminação e a injustiça. Por ser diferente e essa diferença ser manifesta na sua aparência física, disforme e quase que monstruosa, a criatura é apontada no meio social em que se move como anormal e, portanto, obviamente perigosa. Em vários momentos as pessoas afastam-se e afastam as crianças duma possível interação com a criatura. E esta é acusada frequentemente de crimes que não cometeu, ou que até cometeu, mas quase sempre como vingança dessa discriminação desumana a que era constantemente submetida.

Considero, no entanto, que talvez a maior e mais grave injustiça é a de Victor Frankenstein ter recusado criar um novo ser, ou seja, uma segunda criatura, feminina, que permitisse uma relação de intimidade, de empatia ou até, quem sabe, de amor entre elas. A solidão a que a criatura se sente condenada até ao fim dos seus dias é outra das mensagens que Mary Shelley nos deixa. A indiferença do seu criador àquela solicitação recorrente mostra também a sua incapacidade de entender a tragédia da solidão. Ele é um grande conhecedor de anatomia e cirurgia humanas, mas de uma ignorância assustadora quanto ao mundo das emoções. E é uma mensagem que nos dias de hoje, em que a diferença é frequentemente sinónimo de exclusão, continua muitíssimo poderosa e cujo impacto não deixou de ser de uma atualidade impressionante.

Quero terminar esta pequena introdução alertando os leitores para o facto de os diferentes filmes que foram produzidos sobre esta história não fazerem justiça à espantosa maturidade daquela jovem autora que, de início, teve receio de associar o seu nome a esta obra visionária. Receio bem fundado, numa Inglaterra

que atravessava alguma instabilidade política no fim do reinado de Jorge III (que, para além da sua doença crónica incapacitante, se tinha envolvido recentemente em guerras prolongadas e sangrentas no continente norte-americano e na Europa) e em que os conservadores (o Partido Tory) controlavam os governos. Pouco tempo depois, com a subida ao trono da rainha Vitória em 1837, começaria um dos reinados mais longos do Reino Unido, durante o qual sucessivas reformas políticas afetaram de forma profunda o poder da aristocracia.

Não admira, portanto, que a primeira edição de 1818 tenha sido substancialmente revista na sua terceira edição de 1831, incluindo anotações adicionais da própria autora, mas que deixa a mensagem praticamente inalterada. O texto que vos é aqui apresentado, como a maioria dos textos atualmente publicados, assim como a maioria dos filmes e peças teatrais que foram surgindo ao longo do tempo, baseia-se essencialmente nessa terceira edição.

Alexandre Quintanilha
Março de 2024

NOTA DO TRADUTOR

Mary Shelley escreveu *Frankenstein: ou o Prometeu Moderno* em 1818, na sequência de um desafio de escrita entre ela, o poeta Percy Bysshe Shelley (seu marido), o seu amigo Lord Byron, e John Polidori, médico deste último. Treze anos depois, a autora fez alterações relevantes ao texto, por sentir que a primeira versão não era tão polida nem bem estruturada quanto pretendia. A pressão que Mary Shelley sentiu quando o livro se tornou popular, classificado por alguns de blasfemo e demasiado audaz (ideias fundadas no domínio e preconceito patriarcal do início do século XIX), poderá ter contribuído para a decisão de reescrever algumas partes.

A presente tradução segue a versão de 1831, e inclui uma introdução da autora na qual se contextualiza o processo de escrita do livro e se refere, de passagem, algumas das mudanças feitas. Shelley indica que são alterações «principalmente do domínio do estilo», não tendo modificado qualquer elemento da narrativa nem introduzido novas ideias ou acontecimentos. Sublinha ainda que «corrigiu a linguagem onde esta era tão prosaica que poderia interferir com o interesse da história», possivelmente uma referência aos aspetos mais inconsistentes do original.

A versão de 1818 é, talvez, a menos conhecida. Nela, Viktor Frankenstein não é muito coerente nas suas ações e as motivações para o que faz não são propriamente claras. Na verdade, a estrutura mental da personagem está algo subdesenvolvida para o que a narrativa exigiria. A criatura é potencialmente boa, mas, dotada de livre-arbítrio, toma as suas decisões sem que estas dependam

principal ou exclusivamente do que o mundo lhe vai dando. Tal como o seu criador, é uma personagem pouco densa a nível psicológico. Elizabeth, interesse amoroso de Frankenstein, é sua prima, opção de tom incestuoso que, não sendo incomum para a época, causou algum incómodo nos leitores. Além disto, nesta versão do livro abundam pormenores científicos dos trabalhos de Frankenstein, conferindo pouca clareza e alguma confusão a certas passagens.

Shelley editou todos estes aspetos na edição de 1831, reduzindo bastante as explicações científicas dos trabalhos de Frankenstein (optando, por exemplo, por eliminar a descrição da máquina que dá vida à criatura), aumentando a extensão dos monólogos desta personagem e elevando o nível do seu pensamento, mais filosófico, erudito, explicativo, emotivo e moralmente comprometido na nova versão. A criatura é agora um ser perdido, que absorve a maravilha, o desgosto, a paz e a violência que o rodeia, que aprende com o mundo e atua quase somente como reação aos acontecimentos que vai vivendo, mas mais profunda nas suas reflexões e com maior capacidade de aprender, falar e expressar as emoções. A relação entre Viktor e Elizabeth normaliza-se, passando esta a ser descrita como órfã, adotada pela família Frankenstein.

É possível argumentar que a versão de 1831 é literariamente mais competente, e até emocionalmente mais forte, porque Shelley amadurecera, ganhara uma opinião menos ingénua e mais realista sobre a vida e as relações humanas (nesta altura, já fizera o luto ao marido e a três dos seus filhos) e repensara os alçapões do texto original. Há, todavia, uma corrente académica que hoje defende a valia da versão original, precisamente por ser menos polida, por isso artisticamente mais pura.

No meio de tanta incerteza, impõe-se, no entanto, uma verdade indesmentível: Mary Shelley considerava que a edição de 1831 era a definitiva, defendia-a como o texto que queria que ficasse para a posteridade. Esse foi o principal motivo que nos levou a optar por traduzir esta versão.

Frankenstein:
ou o Prometeu Moderno

INTRODUÇÃO

Os editores das Standard Novels¹, ao decidirem publicar *Frankenstein* na sua coleção, expressaram o desejo de que eu os brindasse com alguma informação sobre a origem do texto. Aceito fazê-lo de muito boa vontade, pois deste modo poderei responder em traços gerais à pergunta que amiúde me fazem: «Como é que eu, então uma rapariga, dei por mim a pensar e a discorrer sobre uma ideia tão hedionda?» É verdade que tenho uma enorme aversão a expor-me num registo impresso; porém, uma vez que o meu relato surgirá apenas como apêndice a uma produção anterior, e porque se aterá a assuntos relacionados com a minha qualidade de autora, não poderei acusar-me de intrusão no domínio pessoal.

Não é de todo extraordinário que eu, filha de duas personalidades de notável celebridade literária, pretendesse escrever desde idade precoce. Em criança, escrevinhava; e, durante as horas de lazer que me concediam, o meu passatempo preferido era «escrever histórias». Tinha, contudo, um prazer ainda maior do que esse, a construção de castelos no ar — o permitir-me sonhar acordada —, a que se seguia uma correnteza de pensamentos que por sua vez visavam gerar uma sequência de incidentes imaginários. Os meus sonhos eram simultaneamente mais fantásticos e agradáveis do que os meus escritos. Nestes últimos, havia em mim muitos traços de imitadora — preferindo repetir o que outros tinham feito a registar no papel as sugestões da minha mente. O que escrevia destinava-se no mínimo a outro olhar, do meu companheiro e amigo dos tempos de infância; os meus sonhos,

porém, eram apenas meus, não os revelava a ninguém; eram o meu refúgio quando me sentia aborrecida, os meus mais estimados prazeres quando me encontrava livre.

Na minha infância, vivi principalmente no campo e passei muito tempo na Escócia. Visitei por vezes as regiões mais pitorescas; no entanto, a minha residência habitual ficava junto às ermas e desoladoras praias do litoral nortenho de Tay, perto de Dundee. Em retrospectiva, chamo-lhes ermas e desoladoras; naquela época, não me pareciam assim. Eram o ninho de liberdade e a região agradável onde, sem freios, eu podia conviver com as criaturas da minha imaginação. Naqueles anos, eu escrevia, embora no estilo mais vulgar. Foi à sombra das árvores dos campos da nossa casa, ou nas encostas áridas e desoladas das montanhas próximas, que as minhas verdadeiras composições, os fantásticos voos da minha imaginação, nasceram e floresceram. Eu não me escrevia como heroína dos meus contos. Ao pensar na minha vida, ela afigurava-se-me um lugar-comum. Não me concebia alguma vez envolvida em desgostos românticos ou acontecimentos maravilhosos; mas não permanecia confinada na minha identidade, e conseguia povoar as horas de escrita com criações muito mais interessantes para mim, naquela idade, do que as minhas próprias sensações.

Depois disto, a minha vida tornou-se mais ocupada, e a realidade substituiu a ficção. O meu marido, todavia, revelou-se desde o início muito ansioso por que eu provasse ser digna dos meus progenitores e inscrevesse o meu nome nos anais da história. Incitava-me com insistência a ganhar prestígio literário, o que então também me preocupava, embora entretanto tenha ganhado uma enorme indiferença a tais assuntos. Naqueles tempos, ele desejava que eu escrevesse, não com a ideia de que eu seria capaz de produzir algo notável, mas para que ele próprio pudesse aferir quão prometedoras eram as minhas qualidades. No entanto, nada fiz. Viajar e cuidar da família ocupava-me o tempo; e o estudo, no sentido de ler ou aperfeiçoar as minhas ideias para comunicar com

a mente muito mais culta dele, era todo o esforço literário em que me concentrava.

No verão de 1816, visitámos a Suíça e tornámo-nos vizinhos de Lord Byron. No início, passámos as nossas horas de lazer no lago ou a passear na costa; e Lord Byron, que se encontrava a escrever o terceiro canto de *Peregrinação de Childe Harold*, era o único entre nós a registar ideias no papel. Estas, à medida que ele as apresentava, envoltas na harmonia e luz da poesia, pareciam marcadas pelas glórias divinas do céu e da terra, cuja influência partilhávamos com ele.

Contudo, aquele verão revelou-se húmido e desagradável, e as chuvas incessantes forçavam-nos amiúde a permanecer em casa durante vários dias. Caíram-nos no colo alguns livros de contos fantasmagóricos, traduzidos do alemão para o francês. Entre eles estava «History of the Inconstant Lover» [História do Amante Inconstante]², cujo protagonista, quando julgava abraçar a noiva, a quem jurara eterna fidelidade, se encontrava nos braços do pálido fantasma da mulher que abandonara. Havia o conto do pecaminoso patriarca, fundador da sua linhagem, cujo triste e miserável destino era dar o beijo da morte a todos os filhos da sua amaldiçoada casa quando estes atingiam a idade de sonhar com o futuro³. O seu corpo sombrio, gigantesco, vestido numa armadura completa, como o fantasma em *Hamlet*, mas com a viseira levantada, surgia à meia-noite sob o incerto luar, a caminhar lentamente ao longo da triste álea. Aquele vulto desaparecia na sombra das paredes do castelo; mas depressa se escancarava um portão, e se ouviam passos, e se abria a porta de um quarto, e ele avançava para o leito das crianças, aninhadas num sono perfeito. Via-se no seu rosto uma tristeza infinita quando se curvava e beijava a testa dos meninos, que a partir daquele momento murchavam como flores arrancadas do caule. Não tornei a ver estes contos; mas as suas narrativas estão frescas na minha mente como se os tivesse lido ontem.

«Cada um de nós deverá escrever uma história de fantasmas», disse Lord Byron; e aceitámos a proposta. Éramos quatro.

O nobre autor começou a escrever um conto, do qual integrou um excerto no fim do seu poema «Mazeppa». Shelley, mais apto a representar ideias e sentimentos no esplendor de imagens radio-sas e na música dos mais melodiosos versos que decoram a nossa língua do que a inventar os mecanismos de um conto narrativo, começou a escrever um texto que tinha por base as primeiras experiências da sua vida. O pobre Polidori teve uma ideia terrível a respeito de uma mulher com caveira em vez de cabeça, castigo recebido por ter espreitado através de um buraco de fechadura — já não me recordo do que pretendia ver, mas seria algo muito chocante ou perverso, naturalmente; mas, uma vez a mulher reduzida a uma condição pior do que a do conhecido Tom of Coventry⁴, ele não soube o que fazer com ela, e viu-se obrigado a despachá-la para o sepulcro dos Capuletos, único lugar apropriado para tal mulher. Entediados pela banalidade da prosa, os ilustres poetas rapidamente abandonaram a sua desagradável tarefa.

Ocupei-me com a ideia de *pensar numa história* — que rivalizasse com as que nos tinham convencido a dedicar-nos a tais trabalhos. Uma história que despertasse os misteriosos medos da nossa natureza e gerasse um espantoso horror, capaz de levar os leitores a terem receio de olhar em redor, com o sangue gelado e o coração palpitante. Se eu não fosse bem-sucedida nestes propósitos, o meu conto de fantasmas seria indigno desse nome. Pensei e refleti — em vão. Senti a conhecida incapacidade de criação que é a maior calamidade dos autores, quando um estúpido Nada responde às nossas inquietações. *Já pensou numa história?*, perguntavam-me todas as manhãs, e eu via-me obrigada a responder com um humilhante não.

Como dizia Sancho Pança, tudo tem de ter um início; e esse início deve estar ligado a algo que aconteceu antes. Segundo os hindus, o que suporta o mundo é um elefante, mas esse elefante apoia-se numa tartaruga. Devemos admitir humildemente que inventar consiste em criar, não a partir do nada, mas sim a partir do caos; antes de tudo, devemos dispor dos materiais: só eles

podem dar corpo às substâncias negras e informes, mas não conseguem dar vida à própria substância. Em tudo o que respeita aos atos de descoberta e criação, mesmo os que pertencem ao domínio da fantasia, somos continuamente recordados da história do ovo de Colombo. A invenção é a capacidade de reconhecer e utilizar o potencial de um assunto, e de moldar e desenvolver as ideias que pretendemos sugerir.

Muitas e longas eram as conversas entre Lord Byron e Shelley, as quais eu presenciava como ouvinte devota, mas silenciosa. Numa delas, discutiram várias doutrinas filosóficas, e noutras discorreram sobre a natureza do sentido da vida e se algum dia seria possível descobri-lo e comunicá-lo. Conversavam sobre as experiências do Dr. Darwin (não me refiro ao que este efetivamente fez, ou disse que fez, mas, em favor do meu próprio interesse, ao que então se dizia que ele teria feito), que preservara um pequeno verme morto numa caixa de vidro, até que, por algum meio extraordinário, ele se começou a mover de modo espontâneo. No fim de contas, não era assim que se criava vida. Talvez fosse possível reanimar um cadáver; o galvanismo era prova de tais ideias: talvez fosse possível fabricar-se as partes que compõem uma criatura, uni-las e dotá-las do calor vital.

Tais conversas duraram todo o serão, e a noite já ia longa quando nos retirámos para repousar. Quando me deitei, não consegui adormecer, nem se podia dizer que estivesse a pensar. Sem que a tivesse convidado, a minha imaginação dominava-me e guiava-me, oferecendo às sucessivas imagens que me surgiam nos pensamentos uma clareza que ia muito além dos habituais limites do devaneio. Eu via — de olhos fechados, mas com uma límpida visão mental — o pálido estudioso do profano ajoelhado junto à criatura que havia aglomerado. Presenciava a horrível quimera de um homem deitado, que depois, por ação de uma poderosa máquina, mostrava sinais de vitalidade e se agitava com movimentos inquietos e de uma quase-vida. Teria sido medonho, pois terrivelmente medonha seria qualquer tentativa humana de imitar

o prodigioso mecanismo do Criador do mundo. O êxito deveria aterrorizar o artista; fugiria subitamente da sua abominável obra, tomado pelo horror. Esperaria que, entregue a si mesma, a centelha de vida que ele lhe atribuíra se apagasse; que aquela criatura, que recebera um vigor tão imperfeito, regressasse à matéria morta; e então ele poderia adormecer com a certeza de que o silêncio da sepultura teria exterminado para sempre a efêmera existência do hediondo cadáver em que observara o berço da vida. Ele dorme; mas algo o acorda; abre os olhos; contempla, ao lado da cama, a horrorosa criatura de pé, que afasta as cortinas e o observa com o olhar descorado, vazio de expressão, porém reflexivo.

Horrorizada, abri os olhos. Aquela ideia apossou-se de tal modo do meu cérebro que um arrepio de medo me percorreu o corpo e desejei trocar a pavorosa imagem da minha imaginação pela realidade que me rodeava. Ainda a vejo: o quarto, o soalho escuro, as cortinas fechadas, através das quais o luar se esforçava por entrar, e a sensação de que a superfície vítrea do lago e os cumes dos Alpes, brancos de neve, estavam distantes. Não consegui livrar-me tão facilmente da minha hedionda aparição; ainda me assombrava. Devia pensar noutra coisa. Regressei à minha história de fantasmas — ao meu cansativo e infeliz conto de fantasmas. Oh, se eu conseguisse criar uma história que aterrorizasse o leitor tanto quanto eu me assustara naquela noite! A ideia que então me conquistou era tão rápida e animadora quanto a luz. «Encontrei-a! Aquilo que me aterrorizou irá horrorizar os outros; bastará descrever o espectro que assombrou o meu descanso noturno.» Na manhã seguinte, anunciei que já tinha *imaginado uma história*. Comecei a escrevê-la naquele dia, com as seguintes palavras: *Foi numa noite desoladora de novembro*, limitando-me a transcrever os sinistros terrores do meu sonho lúcido.

De início, pensei em escrever poucas páginas, um conto curto; porém, Shelley convenceu-me a desenvolver a ideia e torná-la mais extensa. Não devo ao meu marido a sugestão de um único dos acontecimentos no livro, nem de nenhuma linha de pensamento,

e, contudo, se não fosse pela sua insistência, a obra jamais teria assumido a forma sob a qual se apresentou ao mundo. Desta declaração devo excluir o prefácio. Tanto quanto me recordo, foi inteiramente escrito por ele.

Mais uma vez, desejo que a minha hedionda criação prossiga e prospere. Tenho simpatia por ela, pois foi rebento de dias felizes, quando a morte e a dor não eram mais que palavras que não ecoavam no meu coração. As suas páginas são fruto de muitas caminhadas, muitos passeios, muitas conversas, momentos que não vivi sozinha; e quem me acompanhava era alguém que não tornarei a encontrar. Mas isto diz-me respeito a mim; os meus leitores nada têm que ver com tais associações.

Acrescento apenas mais uma palavra quanto às mudanças que fiz nesta edição. São principalmente do domínio do estilo. Não alterei qualquer parte da narrativa, nem introduzi novas ideias ou acontecimentos. Corrigi a linguagem onde esta era tão prosaica que poderia interferir com o interesse da história; e estas mudanças encontram-se quase exclusivamente no início do livro. Restringem-se inteiramente às partes que são meros auxiliares da narrativa, mantendo intocados o âmago e a substância do texto.

MARY WOLLSTONECRAFT SHELLEY
Londres, 15 de outubro de 1831

PREFÁCIO

O Dr. Darwin e alguns fisiólogos alemães têm dado a entender que o facto sobre o qual se fundamenta esta ficção não é impossível de acontecer. Que ninguém suponha que eu alimento a mais leve crença nessa ideia; no entanto, admitindo-a como base de uma obra de ficção, considero que entreteci meramente uma série de terrores sobrenaturais. O acontecimento do qual depende o interesse da história está livre das desvantagens de um simples conto de fantasmas ou de feitiçarias. Foi-me sugerido pela singularidade das situações que desenvolve; e, conquanto impossível como facto físico, concede à imaginação um ponto de vista para um delinear das emoções humanas mais abrangente e imperativo do que as perspectivas que quaisquer relatos comuns dos acontecimentos reais podem fornecer.

Procurei assim preservar a verdade dos princípios elementares da natureza humana, embora não tenha hesitado em inovar a respeito das suas combinações. A *Iliada*, a trágica poesia da Grécia, o Shakespeare que encontramos n' *A Tempestade* e em *Sonho de Uma Noite de Verão*, e mais particularmente Milton em *Paraíso Perdido*, submetem-se a esta regra; e o mais humilde romancista, que com os seus trabalhos procura proporcionar ou receber divertimento, pode sem presunção conceder um pouco de liberdade à prosa ficcionista, ou melhor, uma regra, de cuja adoção tantas requintadas combinações do sentimento humano resultaram nos mais distintos exemplos de poesia.

A sugestão da circunstância sobre a qual se ergue a minha história surgiu numa conversa fortuita. Começou um pouco como fonte de diversão, e outro tanto como expediente para exercitar recursos inexplorados do cérebro. À medida que a obra prosseguia, surgiram outros motivos que se misturaram com esses. Não sou indiferente ao modo como as tendências morais existentes nos sentimentos ou nas personagens deste texto podem afetar o leitor; todavia, quanto a isto, tentei principalmente evitar os enervantes efeitos dos romances dos nossos dias e a descrição da afeabilidade do amor doméstico e da excelência da virtude universal. As opiniões que naturalmente desabrocham do carácter e do contexto do herói nem sempre existiram nas minhas convicções, que ninguém duvide disto; e que não se retire das páginas que se seguem quaisquer inferências prejudiciais a doutrinas filosóficas de qualquer espécie.

A meu ver, é também interessante que a escrita deste livro tenha começado na majestosa região em que a narrativa se desenvolve principalmente, e num convívio do qual sempre terei saudades. Passei o verão de 1816 nos arredores de Genebra. O tempo estava frio e chuvoso, à noite reuníamos-nos em redor de uma lareira e de quando em vez entretínhamo-nos com a leitura de alguns contos alemães de fantasmas que por acaso nos deram a ler. Tais contos despertaram em nós um divertido desejo de imitação. Eu e dois outros amigos (de um deles, um simples conto seria muito mais bem aceite pelo público do que qualquer texto que eu alguma vez possa ter a esperança de produzir) acordámos escrever, cada qual, uma história baseada num acontecimento sobrenatural.

No entanto, de súbito, o estado do tempo serenou; e os meus dois amigos deixaram-me para viajar pelos Alpes, e assim perderam, nas magníficas paisagens que as montanhas ostentam, toda a recordação das suas fantasmagóricas visões. O conto que se segue foi o único que concluímos.

Marlow, setembro de 1817

PRIMEIRA CARTA

À Sra. Saville, Inglaterra.

São Petersburgo, 11 de dezembro de 17—

Regozijar-se-á por saber que nenhum desastre acompanhou o início de uma viagem em que viu presságios de tão mau augúrio. Cheguei ontem; e a minha primeira tarefa é assegurar à minha querida irmã que estou bem e cada vez mais confiante no êxito do meu projeto.

Já estou muito a norte de Londres; e ao caminhar pelas ruas de Petersburgo, sinto uma fria brisa setentrional a acariciar-me a face, o que me acalma os nervos e me enche de alegria. Compreende este sentimento? Esta brisa, que viajou das regiões para as quais me dirijo, traz-me um prenúncio dos gélidos climas que me aguardam. Estimuladas por este vento de promessa, as minhas quimeras diurnas tornaram-se mais frequentes e vívidas. Tento, em vão, convencer-me de que o polo é o lugar do frio mais intenso e da desolação; mas ele impõe-se na minha imaginação sempre como região de beleza e prazer. Ali, Margaret, o Sol é sempre visível; o seu amplo disco quase roça o horizonte e difunde um perpétuo esplendor. Ali — e permita, minha irmã, que eu tenha alguma confiança nos navegadores que me precedem —, ali a neve e o gelo estão banidos; e, vogando sobre mar calmo, somos transportados suavemente para uma terra muito mais maravilhosa e bela do que quaisquer regiões até agora descobertas nas partes habitadas do mundo. As suas qualidades, e tudo o que ela exhibe, poderão não

ter par, porque a maravilha dos corpos celestes reside, sem dúvida, naqueles lugares de solidão. Que coisa não pode esperar-se de um território com luz eterna? Talvez eu descubra por lá o espantoso poder que atrai a agulha da bússola; e possa levar a cabo mil observações celestiais, que possibilitarão a esta viagem, e a nenhuma outra, descobrir a lógica das suas aparentes excentricidades, da qual nunca se duvidará. Saciarei a minha ardente curiosidade com a visão de uma parte do mundo jamais visitada, e talvez pise uma terra intocada pelos passos do ser humano. Eis os meus fascínios, e bastam para conquistar todo o medo do perigo ou da morte e instigá-me a iniciar esta fatigante viagem com a alegria que as crianças sentem ao embarcar num pequeno bote, com os seus amigos das férias, numa expedição de descoberta no rio do lugar onde nasceram. Todavia, na hipótese de todas estas previsões serem falsas, não pode contestar o inestimável benefício que legarei à humanidade, até à última geração, por descobrir uma passagem perto do polo para os países cuja travessia hoje exige tantos meses; ou por investigar o segredo do magnetismo, o qual, se tal for possível, só pode ser descoberto através de um empreendimento como o meu.

Estas reflexões dissiparam a agitação com que principiei a minha carta, e sinto o coração resplandecer com um entusiasmo que me eleva aos céus; pois nada contribui tanto para tranquilizar a mente como um objetivo firme — um ponto em que a alma possa fixar o seu olhar intelectual. Esta expedição tem sido o sonho predileto da minha juventude. Li com fervor os relatos das viagens que se fizeram na perspectiva de alcançar o oceano Pacífico Norte através dos mares que rodeiam o polo. Talvez se recorde de que a história das viagens feitas em prol da descoberta constituía a totalidade da biblioteca do nosso bom tio Thomas. Negligenciaram a minha educação, mas sempre adorei ler. Estes volumes eram o meu estudo dia e noite, e a minha familiaridade com eles aumentou a tristeza que senti, em criança, ao saber que no seu leito de morte, por ordem formal, o pai proibira o tio de me deixar embarcar numa vida de aventuras marítimas.

Tais visões desapareceram quando li cuidadosamente, pela primeira vez, os poemas cujos sentidos textos me arrebataram a alma e fizeram tocar o céu. Eu próprio me tornei poeta, e durante um ano vivi num paraíso criado por mim próprio; imaginei que também eu poderia obter um recanto no templo que consagra os nomes de Homero e Shakespeare. Está ao corrente do meu fracasso e de quão pesadamente carreguei a desilusão. Mas, precisamente naquela altura, herdei a fortuna do meu primo, e os meus pensamentos desviaram-se e regressaram ao rumo anterior.

Passaram seis anos desde que me decidi a fazer esta viagem. Ainda hoje me recordo do momento a partir do qual me dediquei a este grandioso propósito. Comecei por habituar o meu corpo às provações. Acompanhei os baleeiros em várias expedições ao mar do Norte; suporrei voluntariamente o frio, a fome, a sede e a insónia; durante o dia, trabalhei muitas vezes mais dedicadamente do que os marinheiros, e dediquei as minhas noites ao estudo da matemática, da teoria da medicina e dos ramos da ciência física dos quais um aventureiro naval pode extrair as maiores vantagens práticas. Por duas vezes, arranjei trabalho como ajudante de baleeiro num navio da Gronelândia, e saí-me muito bem, recebendo a admiração de todos. Devo confessar que me senti um pouco orgulhoso quando o meu capitão me ofereceu a segunda patente do navio e me exortou, com a maior seriedade, a permanecer com eles, tal era a sua consideração pelos meus serviços.

Querida Margaret, não mereço agora concretizar um grandioso desígnio? Poderia ter escolhido uma vida de facilidades e de luxo, mas preferi a glória a todas as tentações que a riqueza pôs no meu caminho. Oh, se alguma voz encorajadora concordasse com tais ideias! A minha coragem e a minha resolução são firmes; mas as minhas esperanças oscilam e muitas vezes me desanimam. Estou prestes a empreender uma viagem longa e difícil, cujas adversidades exigirão toda a minha força e resiliência: além de motivar e animar os outros, terei por vezes de sustentar o meu próprio alento, quando o dos demais fraquejar.

Este é o período mais favorável para viajar na Rússia. Desliza-se rapidamente sobre a neve, em trenós; o movimento é agradável e, na minha opinião, muito mais agradável do que o de uma diligência inglesa. O frio não é excessivo, se vestirmos casacos de peles, vestuário que já adotei, pois há uma enorme diferença entre caminhar no convés e permanecer sentado, imóvel, durante horas, quando nenhum exercício impede que o sangue se congele nas veias. Não tenho a menor intenção de perder a vida na estrada entre São Petersburgo e Arcangel.

Partirei para esta cidade dentro de quinze dias ou três semanas; e pretendo alugar por lá um navio, o que facilmente se faz pagando o seguro ao proprietário, e contratar tantos marinheiros quantos considere necessários entre os que estão habituados à pesca da baleia. Não tenciono partir antes do mês de junho; e quando voltarei? Ah, minha querida irmã, como posso responder a esta pergunta? Se for bem-sucedido, passar-se-ão muitos, muitos meses, talvez anos, antes de nos reencontrarmos. Se eu falhar, ver-me-á em breve ou nunca mais.

Adeus, minha querida e maravilhosa Margaret. Que o Céu a abençoe e me proteja, para que eu possa uma e outra vez demonstrar a gratidão que sinto por todo o seu amor e bondade.

O seu irmão que tanto a ama,

R. WALTON

CAPÍTULO I

Sou genebrino de nascimento, e a minha família é uma das mais ilustres dessa república. Os meus antepassados foram durante muitos anos conselheiros e síndicos, e o meu pai ocupou vários cargos públicos com honra e boa reputação. Todos os que o conheciam lhe dedicavam o maior respeito, pela sua integridade e incansável dedicação à causa pública. Passou os seus dias de juventude permanentemente ocupado com os assuntos do país; várias circunstâncias impediram-no de se casar cedo, e só no ocaso da vida se tornou marido e pai de família.

Porque as circunstâncias do seu casamento dão a medida do seu carácter, não posso deixar de as relatar. Um dos seus amigos mais íntimos era um comerciante que, partindo de um estado de grande prosperidade e abastança, se viu mergulhado na pobreza devido a numerosas contingências. Este homem, cujo nome era Beaufort, tinha um temperamento orgulhoso e inflexível, e não conseguia tolerar uma vida de miséria e esquecimento no mesmo país onde antes se distinguira pela sua posição social e magnificência. Por isso, tendo pagado as dívidas da forma mais honrosa, retirou-se com a filha para a cidade de Lucerna, onde viveu ignorado e na miséria. O meu pai estimava Beaufort e dedicava-lhe a mais verdadeira amizade, pelo que sentiu profundamente a sua partida naquelas infelizes circunstâncias. Lamentava com amargura o falso orgulho que levou o amigo a uma conduta tão pouco digna do afeto que os unia. De imediato se dedicou a procurá-lo,

na esperança de o convencer a recomeçar a vida recorrendo à sua influência e apoio financeiro.

Beaufort tomara medidas eficazes para se esconder; o meu pai levou dez meses a descobrir-lhe o paradeiro. Radiante com tal achado, apressou-se a visitar o amigo na sua casa, que ficava numa rua modesta, perto do rio Reuss. Mas, quando entrou, receberam-no a miséria e o desespero. Beaufort guardara apenas uma pequena maquia, resquício da delapidação da sua fortuna; mas era suficiente para o sustentar durante alguns meses, tempo durante o qual Beaufort esperava encontrar um emprego respeitável na loja de um comerciante. Por conseguinte, passou aquele período em inação; a sua dor tornava-se mais profunda e exasperante quando tinha tempo para refletir; e o pesar acabou por se apoderar tão rapidamente da sua mente que, ao fim de três meses, Beaufort jazia doente, incapaz de qualquer esforço para se recuperar.

A filha cuidava dele com o maior carinho; mas via, desesperada, que os poucos recursos que lhes restavam diminuía rapidamente e que não tinham nenhuma outra perspectiva de sustento. Mas Caroline Beaufort possuía uma mente invulgar, e nos momentos de adversidade a sua coragem surgiu para a apoiar. Arranjou um trabalho simples, a entrançar palha, e por diversos meios conseguiu ganhar uma ninharia de que mal dava para viver.

Passaram-se vários meses sem nada mudar. A saúde do seu pai foi piorando; ela passou a dedicar cada vez mais tempo a cuidar dele; os meios de subsistência diminuíram; e, no décimo mês, o pai morreu-lhe nos braços, deixando-a órfã e mendiga. Este último golpe venceu-a; estava ajoelhada junto ao caixão de Beaufort, chorando com amargura, quando o meu pai entrou no quarto. Ele foi quase um espírito protetor para a pobre rapariga, que se entregou aos seus cuidados; e depois do enterro do amigo, levou-a para Genebra e pô-la sob a proteção de um parente. Dois anos após este acontecimento, Caroline tornou-se sua esposa.

Havia uma diferença considerável entre as idades dos meus pais, mas tal circunstância parecia fortalecer a sua união em laços

de afeto sincero. A mente honrada do meu pai albergava um sentido de justiça, o que lhe impunha a necessidade de se identificar plenamente com quem amava.

Em anos anteriores, ele terá sofrido com a descoberta tardia da indignidade de uma amada, o que o deixou disposto a reconhecer mais valor em quem provara ser digna do seu amor. No vínculo que criou com a minha mãe havia uma prova de gratidão e adoração que diferia por completo da paixão assolapada da juventude, pois inspirava-se na reverência das suas virtudes e no desejo de, em certa medida, esse ser o meio de a recompensar pelos sofrimentos que a vida lhe impusera, o que conferia uma graça indescritível ao modo como se comportava para com ela. Tudo fez para ceder aos desejos e à conveniência da minha mãe. Esforçava-se por protegê-la, como o jardineiro resguarda dos mais fortes ventos uma bela planta exótica, e por rodeá-la de tudo quanto pudesse tender a suscitar emoções agradáveis na sua mente suave e amável. A saúde dela, e até a tranquilidade do seu espírito até então constante, foram abaladas pelo que teve de suportar. Durante os dois anos que decorreram antes do casamento, o meu pai abandonou gradualmente as suas funções públicas; e logo após a união, procuraram o clima agradável de Itália, de modo que a mudança de ambiente e os elementos atrativos que acompanhavam uma viagem por aquela terra de maravilhas restaurassem o corpo enfraquecido dela.

A partir de Itália, visitaram a Alemanha e a França. Eu, o filho mais velho do casal, nasci em Nápoles, e durante a minha infância acompanhei-os nos seus passeios. Fui durante muitos anos o seu único filho. Por mais apaixonados que estivessem um pelo outro, pareciam ter uma interminável fonte de amor por mim. As carícias da minha mãe e o sorriso de prazer benevolente do meu pai ao olhar para mim são as minhas memórias mais antigas. Eu era o brinquedo preferido deles, o seu ídolo, e algo ainda melhor: era o filho deles, a criatura inocente e indefesa que o Céu lhes oferecera, a quem deveriam educar para o bem, e cuja futura sorte,

para a felicidade ou para a desgraça, estava nas suas mãos moldar, conforme cumprissem os seus deveres para comigo. Graças à profunda consciência do que deviam ao ser a quem tinham dado vida, à qual acrescia o intenso espírito de ternura que os inspirava, pôde-se imaginar que recebi, na minha infância, lições de paciência, partilha e firmeza de carácter; e deram-me tudo isto com suavidade e calma, pelo que vivi sempre com enorme felicidade.

Durante muito tempo, fui a única preocupação deles. A minha mãe desejava uma menina há muito tempo, mas continuei a ser o seu único filho. Quando eu tinha cinco anos, durante uma excursão fora das fronteiras de Itália, eles passaram uma semana junto ao lago Como. O carácter benevolente dos meus pais fê-los entrar nos casebres dos pobres. Para a minha mãe, aquilo era mais que um dever; era uma necessidade, uma paixão — lembrando-se do que sofrera e de como fora salva — em agir, desta vez, como anjo da guarda para os atormentados. Num dos seus passeios, uma humilde choupana na dobra de um vale chamou-lhes a atenção, por ser particularmente lúgubre, tendo junto a si várias crianças semidespidas que eram a imagem da penúria no seu pior. Um dia, quando o meu pai viajara sozinho para Milão, a minha mãe visitou aquela casa, tendo-me a mim por companhia. Nela encontrou um camponês e a sua mulher, trabalhadores, curvados pelas preocupações e pelo trabalho, que distribuíam uma insuficiente refeição por cinco crianças esfaimadas. Entre estas, uma captou a atenção da minha mãe muito mais do que as restantes. Parecia ser filha de pais diferentes. As outras quatro crianças, pequenas e robustas, tinham olhos escuros; esta era magra e loira. O seu cabelo tinha a cor do mais brilhante ouro e, apesar da roupa modesta que a menina vestia, parecia uma distinta coroa na sua cabeça. Tinha uma testa bonita e ampla, olhos azuis límpidos, e os seus lábios e feições revelavam tal sensibilidade e doçura que, ao vê-la, qualquer pessoa a observaria como se pertencesse a outra espécie, um ser enviado do Céu em cuja fisionomia se vislumbravam traços celestiais.

A camponesa, percebendo que a minha mãe fitava, com espanto e admiração, aquela bela rapariga, contou-lhe com entusiasmo a história da menina. Não era filha dela, mas de um nobre milanês. A mãe era alemã e tinha morrido no parto. Entregaram a criança aos cuidados destas boas pessoas: naqueles anos, o casal vivia melhor. Haviam casado há pouco tempo e o seu filho mais velho acabara de nascer. O pai da menina era um dos italianos que se alimentam da memória da antiga glória de Itália — um entre os *schiaivi ognor frementie* —, e se esforçaram por obter a liberdade do país. Tornou-se vítima da sua fraqueza. Não se sabia se morrera ou se ainda se encontrava nas masmorras austríacas. Confiscaram-lhe todos os bens, a filha tornou-se órfã e mendiga. Por isso, ela permaneceu ao cuidado dos pais adotivos e cresceu na sua pobre casa, mais bonita que uma rosa de jardim entre silvados de folhas escuras.

Quando o meu pai regressou de Milão, deparou com alguém que brincava comigo no átrio da nossa *villa*, uma criança mais bonita do que um querubim — uma criatura que parecia envolta num brilho de esplendor, e cuja forma e movimentos eram mais leves do que a pele de camurça dos animais das colinas. Depressa lhe explicaram a aparição. Com a anuência dele, a minha mãe convenceu os camponeses a confiar-lhe a guarda. Eles gostavam muito da doce órfã. Sentiam que a sua presença era uma bênção; mas seria injusto mantê-la na pobreza e na miséria quando a Providência lhe concedia uma proteção tão preciosa. Consultaram o padre da aldeia, e daí resultou que em casa dos meus pais passou a viver Elisabeth Lavenza — a minha mais que irmã, bela e adorada companheira de todas as minhas ocupações e prazeres.

Todos gostavam de Elisabeth. O apego apaixonado e quase reverencial que lhe dedicavam tornou-se, embora eu o partilhasse, o meu orgulho e deleite. Na véspera da sua chegada a minha casa, à noite, a minha mãe dissera em tom de brincadeira: «Tenho um belo presente para o meu Victor; amanhã irá recebê-lo.» E quando, no dia seguinte, me apresentou Elisabeth como se fosse o seu

prometido presente, eu, com uma seriedade infantil, interpretei as suas palavras literalmente, e passei a ver Elizabeth como minha — para proteger, amar e cuidar. Eu recebia todos os elogios que lhe eram feitos como se os dedicassem a mim. Chamávamos primo e prima um ao outro, com carinho familiar. Não havia palavra nem expressão capazes de traduzir o tipo de relação que ela tinha comigo: a minha mais que irmã, pois até à morte seria minha e apenas minha.

«Vingar-me-ei das injúrias que sofri:
se não posso inspirar amor, causarei medo.»

Em 1816, durante uma noite de verão invulgarmente tempestuosa, Lord Byron desafia os seus companheiros de férias a compor uma história assustadora. A jovem Mary Shelley, então com dezoito anos, imagina uma monstruosa criatura, fruto da obsessão de um cientista, Victor Frankenstein, em gerar vida a partir da morte. HorrORIZADO com o resultado da sua experiência, Frankenstein rejeita o monstro que, incapaz de encontrar a simpatia que procura, se decide a destruí-lo e condena ambos – criador e criatura – a uma existência de errância e solidão.

Clássico pioneiro da ficção científica, *Frankenstein* convoca o fascínio da época pela eletricidade e pelas possibilidades que a ciência representava, oferecendo uma indagação pertinente e muitíssimo atual sobre os limites e as consequências da interferência humana na Natureza.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Tradução de Guilherme Pires

Introdução de Alexandre Quintanilha



Fisherman's Cottage, 1906
(óleo sobre tela)
Harald Oscar Sohlberg

© Art Institute of Chicago

 penguinlivros.pt

   [penguinlivros](https://www.penguinlivros.com)



Penguin
Random House
Grupo Editorial

ISBN 9789897875489



9 789897 875489 >